



Diário Oficial do EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Simões Filho - BA

Sexta-feira • 25 de outubro de 2024 • Ano XVI • Edição Nº 5816

SUMÁRIO



QR CODE

GABINETE DO PREFEITO	2
ATOS OFICIAIS	2
DECRETO (Nº 1859/2024)	2
SEDESC - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA CIDADANIA	22
LICITAÇÕES E CONTRATOS	22
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024)	22
SEFAZ - SECRETARIA DE FAZENDA	23
ATOS OFICIAIS	23
CONVOCAÇÃO (PAUTA DE JULGAMENTO 2024)	23
DECRETO FINANCEIRO (Nº 175/2024)	24
PORTARIA (Nº 003/2024)	25
SEGOV - SECRETARIA DE GOVERNO	28
ATOS OFICIAIS	28
DESIGNAÇÃO (PORTARIA Nº 545/2024) *	28

NOTA: As matérias que possuem um asterisco (*) em sua descrição, indicam REPUBLICAÇÃO.

CONFIABILIDADE

PONTUALIDADE

CREDIBILIDADE



IMPrensa
OFICIAL
MAIS TRANSPARÊNCIA PARA TODOS



GESTOR: DIÓGENES TOLENTINO OLIVEIRA

<http://pmsimoesfilhoba.imprensaoficial.org/>

ÓRGÃO/SETOR: GABINETE DO PREFEITO

CATEGORIA: ATOS OFICIAIS

DECRETO (Nº 1859/2024)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1859/2024

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal para o encerramento orçamentário, financeiro e contábil do exercício de 2024, em cumprimento às normas de Direito Financeiro, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e as disposições fixadas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, em especial no seu artigo 42 que impõe diretrizes específicas sobre finanças públicas e gastos a serem observados pelos agentes públicos no último ano de mandato, nos termos da IN nº 02/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia;

CONSIDERANDO as finalidades da administração fazendária e financeira municipal no que se refere à necessidade de consolidação em tempo hábil de todos os registros das operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais ocorridas durante o exercício no Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle do Município;

CONSIDERANDO que o encerramento do exercício financeiro de 2024 e o conseqüente levantamento dos balanços isolados e conjunto do Município, realizados através do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle do Município, envolvem providências cujas formalizações devem ser prévias e adequadamente ordenadas; e

CONSIDERANDO que os procedimentos pertinentes a tais providências devem ser cumpridos de maneira uniforme e rigorosamente de acordo com os prazos fixados neste Decreto e nas normas editadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, com vistas à divulgação das demonstrações contábeis, ao envio das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais de que tratam o § 2º do art. 48 e o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e à divulgação dos relatórios de que tratam o § 3º do art. 165 da Constituição e o § 2º do art. 55 da referida Lei Complementar, bem como à tempestividade, clareza e transparência das informações constantes das Prestações de Contas e do Balanço Geral Consolidado do Município.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os Órgãos, Fundos e Entidades da Administração Municipal que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Poder Executivo Municipal e, no que couber, ao Poder Legislativo, regerão suas atividades orçamentária, financeira, patrimonial e contábil de encerramento do exercício financeiro de 2024 em conformidade com as normas fixadas neste Decreto.

§1º Os agentes públicos responsáveis pelos Órgãos, Fundos e Entidades mencionados no caput deste artigo, para fins de encerramento do exercício financeiro de 2024, devem adotar os procedimentos típicos de análise, conciliação e ajuste das contas que afetam os resultados financeiro, econômico e patrimonial do Município, bem como daqueles cujos saldos serão transferidos para o exercício seguinte.

§2º A inobservância dos prazos dispostos neste Decreto pelos agentes públicos envolvidos, encarregados pelas informações orçamentárias, contábeis, financeiras e patrimoniais, dentro das suas respectivas competências, ensejará a apuração da responsabilidade funcional nos termos da legislação vigente.

SEÇÃO I
DOS PROCEDIMENTOS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO
FINANCEIRO:

Art. 2º Ficam definidas as datas-limite constantes do **Anexo I** para o encerramento do Exercício Financeiro de 2024.

§1º A perda dos prazos dispostos no **Anexo I** a que se refere o caput, implicará responsabilidade do servidor encarregado da informação, bem como do ordenador de despesa de cada unidade gestora, no âmbito de suas áreas de competência.

§2º Entende-se por Unidade Gestora a unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob desconcentração e descentralização, no âmbito do Município.

Art. 3º A partir da publicação deste Decreto, até à entrega do Balanço Geral do Município, à divulgação dados orçamentários e fiscais de que tratam o § 2º do art. 48 e o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000, à divulgação dos relatórios de que tratam o §3º do art. 165 da Constituição e o §2º do art. 55 da referida Lei Complementar e às prestações de contas dos órgãos e entidades ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM, serão consideradas urgentes e prioritárias as atividades vinculadas à Contabilidade, à Controladoria, à apuração orçamentária e ao inventário em todos os Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO II **DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS**

Art. 4º A execução orçamentária deve observar o princípio da anualidade do orçamento previsto no art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o disposto neste Decreto.

§1º É vedada a realização de despesa e/ou assunção de compromisso sem prévio empenho, conforme estabelecido no artigo 60, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, c/c o art. 50, inc. II, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2020.

§2º A ausência do prévio empenho não prejudicará o reconhecimento contábil da despesa, observando-se o regime de competência, sem prejuízo, nos termos da lei, da apuração da responsabilidade do agente que der causa à irregularidade.

§3º Na ocorrência de despesas executadas ou identificadas pela Administração no exercício vigente, sem emissão de empenho prévio, a Contabilidade dos Órgãos, Fundos e demais Entidades deverá realizar o reconhecimento contábil das referidas obrigações, em observância ao regime de competência estabelecido pelo art. 50, inc. II, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2020, de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 10ª Edição, fazendo constar os seguintes elementos nos processos inerentes a tais despesas:

I – justificativa e comprovação da existência de dotação orçamentária; e

II – avaliação do Ordenador de Despesas quanto à necessidade de abertura de sindicância administrativa.

§4º Compete à Contabilidade Central da Prefeitura a consolidação das contas do Município, por meio da emissão dos demonstrativos gerais que compõem a Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo previstos no **Anexo I** da Resolução nº 1.378/2018 do TCM Bahia, bem como dos demonstrativos e relatórios contábeis gerenciais.

§5º Compete às Unidades de Contabilidade dos Órgãos e dos Fundos a emissão dos demonstrativos isolados que compõem a Prestação de Contas dos respectivos Ordenadores de Despesas, conforme previstos no Anexo I da Resolução nº 1.379/2018 do TCM Bahia, bem como dos demonstrativos e relatórios contábeis gerenciais.

§6º Para fins de aplicação do disposto no §4º deste artigo, as demonstrações contábeis consolidadas compreenderão conjuntamente as transações e operações de cada órgão, fundo e as demais entidades da administração.

Art. 5º Em observância ao princípio da anualidade do orçamento, previsto no art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as despesas relativas a contratos de vigência plurianual e/ou serviços e fornecimentos contínuos



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

deverão ser empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada estabelecida no cronograma físico-financeiro correspondente, conforme as datas-limite definidas no **Anexo I**.

§1º Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, os agentes públicos e os órgãos integrantes da Administração Municipal devem verificar a exatidão dos saldos dos empenhos emitidos com os documentos que lhes dão suporte e adotar as providências necessárias ao estorno dos valores empenhados que não possuam respaldo documental ou que não se refiram ao exercício financeiro corrente, conforme as datas-limite definidas no **Anexo I**.

§2º Constituem exceções ao disposto no parágrafo anterior deste artigo os empenhos relativos à folha de pagamento de funcionários, tarifas, impostos, contribuições, encargos e pagamentos das dívidas do município e de despesas e assunção de compromisso vinculadas às fontes de recursos de operações de créditos, convênios e instrumentos congêneres, inclusive contrapartidas.

§3º Caso não sejam adotadas as providências necessárias para o estorno dos empenhos que não serão executados no exercício financeiro corrente, conforme disposto no §1º deste artigo, os agentes públicos e os Órgãos integrantes da Administração Municipal deverão encaminhar exposição de motivo à Controladoria Geral do Município, e, no caso das Secretarias, Fundos e demais Entidades, ao respectivo Órgão de Controle Interno.

§4º Nas licitações à conta de recursos do orçamento vigente devem ser fixados prazos de entrega do material ou da prestação de serviços, que se aplicam também aos casos de dispensas e inexigibilidades de licitação, excetuando-se os contratos de vigência plurianual e/ou serviços e fornecimentos contínuos conforme cronograma físico-financeiro correspondente.

§5º Excetuam da data-limite para emissão de novos empenhos prevista no Anexo I, os gastos com pessoal, para cumprimento dos índices de saúde, educação e FUNDEB, transferências legais, sentenças judiciais, dívida pública, obrigações tributárias e contributivas, precatórios e, em casos excepcionais, autorizados pelo Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO I DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º As solicitações para abertura de créditos adicionais e demais modificações orçamentárias para reforço de dotações que se demonstrem insuficientes para atendimento da despesa e/ou da assunção de compromisso, deverão ingressar na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ conforme as datas-limite definidas no **Anexo I**.

§1º A abertura de créditos adicionais e demais modificações orçamentárias poderão ser autorizadas a partir de proposição da SEFAZ, independentemente de prévia solicitação por parte dos Órgãos ou Entidades titulares dos créditos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

§2º A despesa realizada com recursos provenientes do excesso de arrecadação deverá estar limitada ao saldo positivo da diferença entre o montante arrecadado e o montante previsto na Lei Orçamentária Anual, na mesma fonte de recursos que originou o crédito adicional.

SEÇÃO II DOS RESTOS A PAGAR

Art. 7º As despesas empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar, distinguindo-se as processadas das não processadas.

§1º A inscrição em restos a pagar deve ser realizada para as despesas efetivamente incorridas e/ou ordens de serviços e fornecimentos com prazo de entrega vigente, desde que comprovada a disponibilidade de caixa na fonte de recursos específica.

§2º A disponibilidade de caixa de que trata o parágrafo primeiro deste artigo deverá ser suficiente para cobertura dos restos a pagar inscritos no exercício e os remanescentes, bem como para as demais obrigações financeiras de curto prazo.

I – Fica a Secretaria da Fazenda, através da Coordenação Financeira, incumbida de remeter à Contabilidade Geral, até o 5º quinto dia do mês subsequente, os extratos bancários em três vias acompanhados das respectivas conciliações bancárias.

II – Procedimento correlato deve ser observado pelas Diretorias e/ou Gerências Financeiras dos Fundos que integram a Administração Pública Municipal, remetendo à respectiva Coordenação de Contabilidade.

Art. 8º A execução das rotinas de inscrição deve ser efetuada por cada Unidade Orçamentária, contemplando todos os saldos de empenhos que não tenham sido anulados, conforme as datas-limite definidas no **Anexo I**.

Parágrafo Único. As despesas relativas às diárias, aos suprimentos de fundos e às ajudas de custo não deverão ser inscritas em “Restos a Pagar”, cujos saldos remanescentes devem ser cancelados até as datas-limite definidas no **Anexo I**.

Art. 9º Os restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, que não tenham sido liquidados, devem ter seus registros cancelados, mediante formalização de processo administrativo, contendo a respectiva justificativa, nos termos da Instrução Cameral n.º 001/2016 – 1ª C do TCM, conforme as datas-limite definidas no **Anexo I**.

§1º As Unidades da Administração Municipal deverão encaminhar à Controladoria Geral do Município a relação dos restos a pagar de que trata este artigo, que não foram liquidados e pagos, com exposição de motivo por empenho, conforme as datas-limite definidas no **Anexo I**.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

§2º Cópias dos autos que respaldam o cancelamento devem ser encaminhadas à Contabilidade de cada Entidade que integra a Administração Pública, em meio magnético.

Art. 10. As Unidades da Administração Municipal devem avaliar a prescrição dos restos a pagar inscritos, com vistas à eventual formalização de cancelamento mediante processo administrativo, contendo a devida justificativa, observados os termos da Instrução Cameral n.º 001/2016 – 1ª C do TCM, conforme as datas-limite definidas no **Anexo I**.

§1º Os restos a pagar de credores que tenham formalizado acordo de parcelamento dos débitos, em consonância com os atos normativos que fundamentaram o respectivo acordo, não podem ser considerados prescritos.

§2º As hipóteses de prescrição precisam ser ratificadas pela Representação da Procuradoria Geral do Município ou pela Assessoria Jurídica de cada Órgão ou Entidade que integra a Administração Pública.

§3º Cópias dos autos que respaldam o cancelamento devem ser encaminhadas à Contabilidade de cada Entidade da Administração Pública, em meio magnético, conforme as datas-limite definidas no **Anexo I**.

SEÇÃO III DO ALMOXARIFADO E DO ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Art. 12. A Secretaria Municipal de Administração deverá encaminhar à Coordenadoria de Contabilidade e às unidades vinculadas à Controladoria Geral do Município, conforme as datas-limite definidas no **Anexo I**, as informações relativas às Secretarias Municipais no que concernem a:

I – Relatório de ingressos e baixas no almoxarifado de cada Secretaria, indicando a classe do bem, os valores físicos e financeiros de cada movimentação, bem assim o saldo final, físico e financeiro, em estoque;

II – Relação dos bens móveis e imóveis adquiridos no exercício com os respectivos valores de bens do ativo não circulante, indicando-se a sua alocação e números dos respectivos tombamentos, acompanhado por certidão emitida pelo Prefeito, Secretário de Finanças e pelo Encarregado do Controle do Patrimônio, contendo o total dos bens patrimoniais de forma segregada, evidenciando o total da depreciação, exaustão e amortização no exercício e até o exercício, conforme o caso, atestando que todos os bens do município (ativo não circulante) encontram-se registrados e submetidos ao controle apropriado, estando, ainda, identificados por plaquetas.

Parágrafo Único. Procedimentos correlatos estabelecidos neste artigo devem ser observados pelas e demais Entidades da Administração que integram a Administração Pública Municipal.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 13. A Secretaria Municipal de Administração deverá encaminhar à Coordenadoria de Contabilidade, conforme as datas-limite definidas no Anexo I:

I – Demonstrativo dos bens móveis e imóveis de cada Secretaria, por categoria, contendo saldo do exercício anterior, as movimentações de incorporação e baixas do exercício, segregando as que foram provenientes da execução orçamentária e independentes da execução orçamentária.

II – Demonstrativo dos valores de depreciação a serem registrados em relação aos bens móveis e imóveis, por categoria, obedecendo as disposições estabelecidas pela Instrução Normativa da CGM nº 07, de 20 de agosto de 2015, que disciplina a matéria.

Parágrafo Único. A Coordenadoria de Contabilidade deve efetuar os registros de incorporação e baixa para ajustes, bem como os registros de depreciação de bens móveis e imóveis, conforme as datas-limite definidas no Anexo I, mediante formalização de respectivos processos administrativos.

Art. 14. A Coordenadoria de Administração de Materiais e de Patrimônio Imobiliário deverá encaminhar à Coordenadoria de Contabilidade, conforme as datas-limite definidas no Anexo I, o inventário de bens móveis e imóveis do Município, indicando a Unidade da Administração Municipal detentora da propriedade e o valor de cada bem, assim como cópia dos processos de reavaliação, quando houver, obedecendo às disposições estabelecidas pelas Instruções Normativas da CGM nº 02/2011 e nº 07/2015, que disciplinam a matéria.

SEÇÃO IV DA DÍVIDA ATIVA

Art. 15. A Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ deverá encaminhar à Coordenadoria de Contabilidade, conforme as datas-limite definidas no Anexo I:

I – Relatório da Dívida Ativa demonstrando os créditos do Município existentes em 31 de dezembro de 2024, com a indicação dos valores referentes às inscrições, à atualização monetária e às baixas ocorridas no exercício, discriminados por tributos e por tipo de baixa (anistia, pagamento, remissão, compensação, transação e outros);

II – Relação dos processos administrativos relativos ao cancelamento de dívidas ativas (prescrição ou anistia);

III – Relação de valores e títulos da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária inscritos no exercício, discriminados por contribuinte e corrigidos, acompanhada de certidão emitida pelo Prefeito e Secretário de Finanças, com o total da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária até 31 de dezembro de 2024, atestando estarem tais valores devidamente registrados;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

IV – Demonstrativo dos resultados alcançados pelas medidas adotadas na forma do art. 58 da Lei Complementar nº 101/00.

SEÇÃO V DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS

Art. 16. A Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ deverá encaminhar à Coordenadoria de Contabilidade, conforme as datas-limite definidas no Anexo I, a posição dos créditos não inscritos em Dívida Ativa na data de 31 de dezembro de 2024, referentes aos seguintes tributos:

I – Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU;

II – Imposto sobre Serviços - ISS referente aos créditos que tenham valor fixo de recolhimento anual;

III – Imposto sobre Serviços - ISS referente aos créditos com emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços até 31 de dezembro de 2024;

IV – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITIV/ITBI;

V – Taxa de Fiscalização e Funcionamento – TFF;

VI – Outras receitas tributárias cujo fato gerador jurídico dos tributos, aquele definido por lei, tenha ocorrido até a data prevista no caput deste artigo.

Parágrafo único. Os relatórios analíticos que servirão de base para apuração dos créditos tributários devem ficar à disposição dos Órgãos de Controle.

Art. 17. Todas as Entidades da Administração Pública Municipal que arrecadem receitas de contribuições, serviços, transferências correntes e de capital e demais, exceto as receitas de valores mobiliários, deverão contabilizar, conforme as datas-limite definidas no Anexo I, a posição dos créditos a receber não inscritos em Dívida Ativa na data de 31 de dezembro de 2024.

Parágrafo único. Os relatórios analíticos que servirão de base para apuração dos demais créditos não tributários devem ficar à disposição dos Órgãos de Controle, segregando-os os créditos em cobrança administrativa e em execução judicial.

Art. 18. A Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ deverá encaminhar à Coordenadoria de Contabilidade, conforme as datas-limite definidas no Anexo I, a posição dos créditos tributários a compensar em 31 de dezembro de 2024.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

SEÇÃO VI DA DÍVIDA PÚBLICA E DOS PRECATÓRIOS

Art. 19. A Secretaria de Fazenda deve encaminhar à Coordenadoria de Contabilidade o Relatório da Dívida Fundada, contendo lei autorizativa, objeto, data do contrato, prazo de pagamento, valor principal, valor dos encargos, número de parcelas a pagar, montante autorizado e saldo a pagar em 31 de dezembro de 2024, acompanhado das certidões ou extratos emitidos pelos órgãos credores pertinentes, conforme as datas-limite definidas no Anexo I.

Art.20. A Procuradoria Geral do Município - PGM deve encaminhar à Coordenadoria de Contabilidade, conforme as datas-limite definidas no Anexo I, a relação dos precatórios existentes em 31 de dezembro de 2024, por ordem cronológica de inscrição, segregando-os, por regime ordinário e especial, em alimentares e comuns.

Parágrafo único. A PGM deve encaminhar à Coordenadoria de Contabilidade, no mesmo prazo estabelecido no caput deste artigo, a relação das ações decorrentes de demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais que tenham o risco de perdas por parte da Administração com existência de uma estimativa confiável do valor da obrigação.

SEÇÃO VII DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES

Art. 21. Todo recurso público repassado às entidades civis deverá ser prestado contas ao Município no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da aplicação de cada parcela recebida ou da totalidade dos recursos, na hipótese de o repasse ter sido feito em parcela única.

§1º Caso a aplicação não se dê em sua totalidade dentro do exercício em que os recursos forem liberados, deverão ser prestadas contas da aplicação parcial desses recursos até a data-limite definida no **Anexo I**.

§2º A entidade civil que, no prazo estabelecido, não prestar contas dos recursos que lhe foram repassados, será descredenciada para o recebimento de novas subvenções ou auxílios mediante ato do Executivo Municipal, a ser encaminhado ao TCM, sem prejuízo de vir este a proceder à respectiva tomada de contas conforme disposto no art. 28 da Resolução nº 1.385/18e no art. 37 da Resolução nº 1.421/20, ambas do Tribunal de Contas dos Municípios.

§3º O prazo máximo para repasse às entidades civis no ano de 2024 observará as datas-limite definidas no **Anexo I**.

SEÇÃO VIII DA CONSOLIDAÇÃO NOS BALANÇOS

Art. 22. Os balanços apresentados deverão conter notas explicativas, conforme definido pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de novembro de 2023, que aprovou o MCASP 10ª Edição, contendo todas as informações relevantes,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes no corpo das demonstrações contábeis, especialmente quanto aos seguintes itens:

I – Apresentação de informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas e critérios contábeis específicos utilizados;

II – Evidenciação das informações requeridas pelas normas de contabilidade, que não tenham sido apresentadas nas demonstrações contábeis;

III – Exposição de informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para a sua compreensão;

IV – Declaração de alinhamento com as normas de contabilidade aplicáveis, caso cumpridas todas as suas determinações;

V – Sumário dos critérios contábeis utilizados.

Parágrafo único. As notas explicativas podem ser apresentadas tanto na forma descritiva como na forma de quadros analíticos, ou mesmo englobar outras demonstrações complementares necessárias para a melhor evidenciação dos resultados e da situação patrimonial e financeira da entidade.

Art. 23. O Balanço Consolidado do Município será encerrado conforme as datas-limite definidas no **Anexo I**, ocasião em que serão transferidos os saldos finais de todas as contas contábeis para as demonstrações da competência janeiro de 2025.

Parágrafo único. Operações e documentos extemporâneos, que sejam passíveis de registro contábil, serão tratados como evento subsequente e contabilizados no exercício de 2025.

SEÇÃO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. A Secretaria Municipal da Fazenda, os Fundos Especiais e as Entidades da Administração Pública deverão estabelecer comissões específicas para conferência das disponibilidades financeiras em caixa e bancos com a posição em 31 de dezembro de 2024.

Parágrafo único. Dos valores apurados, na forma disposta no caput, devem ser discriminados os valores pertencentes a terceiros como, por exemplo, cauções, cautelas e outros.

Art. 25. A Coordenação de Contabilidade de cada Entidade que integra a Administração Municipal deverá encaminhar relatório contábil descritivo da origem dos saldos apresentados no ativo circulante, de natureza patrimonial e financeira, conforme as datas-limite definidas no **Anexo I**, para que os titulares das respectivas Entidades apresentem as providências em curso para



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

recebimento ou baixa dos valores sem movimentação, observando o que dispõem as Resoluções nº 1.378/18 e 1.379/18 do TCM Bahia, e suas alterações.

Art. 26. A Coordenação de Contabilidade de cada Entidade que integra a Administração Municipal deverá encaminhar relatório contábil descritivo da origem dos saldos apresentados no passivo, de natureza patrimonial e financeira, conforme as datas-limite definidas no **Anexo I**, para que os titulares das respectivas Entidades apresentem a documentação de suporte dos registros do passivo circulante e não circulante, inclusive cópias das certidões que atestem os saldos contabilizados consoante disposto nas Resoluções nº 1.378/18 e 1.379/18 do TCM Bahia, e suas alterações.

Art. 27. As Secretarias e demais Órgãos integrantes da Administração Municipal deverão encaminhar à Controladoria Geral do Município o Questionário relativo ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM/TCMBA de 2024, conforme a data estabelecida posteriormente pelo TCM.

Art. 28. Todas as movimentações contábeis de incorporação ou baixa independentes da execução orçamentária, especialmente aquelas que envolvem as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores, devem ser respaldadas em processos administrativos devidamente instruídos.

Art. 29. A Coordenadoria de Contabilidade de cada Entidade que integra a Administração Municipal deverá observar, para elaboração dos balanços isolados e conjunto, as orientações estabelecidas pelas Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN:

I – IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial (Anexo 14);

II – IPC 05 – Metodologia para Elaboração das Demonstrações das Variações Patrimoniais (Anexo 15);

III – IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro (Anexo 13);

IV – IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário (Anexo 12);

V – IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Art. 30. A Controladoria Geral do Município poderá editar normas complementares necessárias para disciplinar o encerramento do exercício financeiro de 2024.

Art. 31. A Secretária Municipal de Governo poderá autorizar, em casos excepcionais, após os prazos previstos neste Decreto, a execução de despesa devidamente justificada por solicitação do titular do Órgão Executor.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 32. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 24 de outubro de 2024.

DIOGENES TOLENTINO OLIVEIRA
PREFEITO

LAIS DE MATOS ARAÚJO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
LIMITES DE PRAZO PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2024

Evento	Providência	Data Limite
Alteração Orçamentária	Data-limite para encaminhar à SEFAZ solicitações de créditos adicionais para despesas de pessoal, precatórios e dívida.	09/12/2024
	Data-limite para encaminhar à SEFAZ solicitações de créditos adicionais para demais despesas, exceto despesas de pessoal, precatórios e dívida.	13/11/2024
	Data-limite para análise, por parte da SEFAZ, confirmação e efetivação dos respectivos créditos solicitados para despesas de pessoal, precatórios e dívida.	11/12/2024
	Data-limite para análise, por parte da SEFAZ, confirmação e efetivação dos respectivos créditos solicitados para demais despesas, exceto despesas de pessoal, precatórios e dívida.	18/11/2024
Emissão de Empenho	Data-limite, para verificação por parte dos agentes públicos e os órgãos integrantes da Administração Municipal, para emissão novos empenhos conforme cronograma físico-financeiro correspondente.	21/10/2024
Reforço de Empenho	Data-limite, para verificação por parte dos agentes públicos e os órgãos integrantes da Administração Municipal, da exatidão dos saldos dos empenhos emitidos com os documentos que lhes dão suporte.	04/11/2024
Anulação de Empenho	Data-limite para adoção de providências necessárias ao estorno dos valores empenhados que não possuam respaldo documental ou que não se refiram ao exercício financeiro corrente, por parte dos agentes	13/11/2024



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

	públicos e os órgãos integrantes da Administração Municipal.	
Liquidação da Despesa	Data-limite para liquidação da folha de pagamento do mês de dezembro.	20/12/2024
	Data-limite para liquidação da folha de gratificação natalina de servidores (13º).	20/12/2024
	Data-limite para liquidação de tarifas, precatórios, juros e encargos da dívida e amortização da dívida pública.	20/12/2024
	Data-limite para liquidação de diárias e passagens.	18/11/2024
	Data-limite para liquidação de outras despesas, exceto despesas de pessoal e encargos sociais, estagiários, diárias, suprimentos de fundos, passagens, precatórios, juros e encargos da dívida e amortização da dívida pública.	20/12/2024
Execução de Pagamento	Data-limite para emissão de ordens bancárias da folha de pagamento do mês de dezembro	26/12/2024
	Data-limite para emissão de ordens bancárias da gratificação natalina de servidores (13º).	26/12/2024
	Data-limite para emissão de ordens bancárias de tarifas, precatórios, juros e encargos da dívida e amortização da dívida pública.	26/12/2024
	Data-limite para emissão de ordens bancárias de diárias e passagens.	18/11/2024
	Data-limite para emissão de ordens bancárias de outras despesas vencidas em dezembro, exceto despesas de pessoal e encargos sociais, estagiários, diárias, suprimentos de fundos, passagens, precatórios, juros e encargos da dívida e amortização da dívida pública.	26/12/2024
Restos a Pagar	Data-limite para inscrição dos restos a pagar de cada Unidade Orçamentária, contemplando	15/01/2025



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

	todos os saldos de empenhos que não tenham sido anulados na data estabelecida.	
	Data-limite para encaminhamento dos processos administrativos de cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores, aí incluídos os eventuais restos a pagar com prescrição declaradas, nos termos da Instrução Cameral n.º 001/2016 – 1ª C do TCM à Contabilidade.	16/12/2024
Folha de Pagamento	Data-limite para adoção de providências necessárias para finalização da Folha de Salários da competência dezembro.	16/12/2024
	Data-limite para adoção de providências necessárias para finalização da Folha de Gratificação Natalina (13º)	16/12/2024
	Data-limite para adoção de providências necessárias para encaminhar o relatório por órgão à Contabilidade contendo a apropriação do cálculo estimativo das despesas durante o período aquisitivo dos servidores (férias, 1/3 de férias e licença-prêmio), demonstrando: o valor do mês de dezembro, valor no exercício e o valor acumulado até o mês.	16/12/2024
	Data-limite para adoção de providências necessárias para encaminhar o relatório por órgão à Contabilidade contendo a apropriação do cálculo estimativo das despesas durante o período aquisitivo dos servidores referentes a encargos previdenciários sobre provisão de férias, demonstrando: o valor do mês de dezembro, valor no exercício e o valor acumulado até o mês.	16/12/2024
	Data-limite para adoção de providências necessárias para encaminhar a Folha de Salários	16/12/2024



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

	do mês de dezembro à Contabilidade para fins de processamento da liquidação.	
	Data-limite para adoção de providências necessárias para encaminhar a Folha de Gratificação Natalina (13º) à Contabilidade para fins de processamento da liquidação.	16/12/2024
Bens e Valores em Almojarifado	Data-limite para envio à Contabilidade do relatório de ingressos e baixas no almojarifado de cada Secretaria, indicando a classe do bem, os valores físicos e financeiros de cada movimentação, bem assim o saldo final, físico e financeiro, em estoque pelo Órgão responsável pelo controle do Almojarifado.	26/12/2024
Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis	Data-limite para envio à Contabilidade de Relação dos bens móveis, imóveis e intangíveis adquiridos no exercício com os respectivos valores de bens do ativo não circulante, indicando-se a sua alocação e números dos respectivos tombamentos pelo Órgão/Unidade, atestando que todos os bens do município (ativo não circulante) encontram-se registrados e submetidos ao controle apropriado, estando, ainda, identificados por plaquetas, pelo controle dos bens públicos.	26/12/2024
	Data-limite para envio à Contabilidade do Demonstrativo dos Bens Móveis e Imóveis de cada Secretaria/Unidade, por categoria, contendo saldo do exercício anterior, as movimentações de incorporação e baixas do exercício, segregando as que foram provenientes da execução orçamentária e independentes da execução orçamentária pelo	26/12/2024



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

	Órgão/Unidade responsável pela administração patrimonial.	
	Data-limite para envio à Contabilidade de relatório de depreciação, exaustão e amortização dos bens patrimoniais, contendo o total dos bens patrimoniais de forma segregada, evidenciando o total da depreciação, exaustão e amortização no mês, no exercício e até o exercício, bem como as notas explicativas sobre critérios e metodologia de cálculo adotados.	26/12/2024
Créditos Tributários e Não Tributários	Data-limite para envio à Contabilidade de relatório com posição dos créditos não inscritos em Dívida Ativa até dezembro de 2024 referentes aos seguintes créditos: I - Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU; II - Imposto sobre Serviços - ISS referente aos créditos que tenham valor fixo de recolhimento anual; III - Imposto sobre Serviços - ISS referente aos créditos com emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços até dezembro de 2024; IV – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITIV/ITBI; V – Taxa de Fiscalização e Funcionamento – TFF; VI – Outras receitas tributárias e não tributária cujo fato gerador jurídico dos respectivos créditos, aquele definido por lei e ato normativo, tenha ocorrido até o exercício.	26/12/2024
Créditos Tributários e	Data-limite para envio à	15/01/2025



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

Não Tributários Inscritos em Dívida Ativa	Contabilidade de relatório da Dívida Ativa demonstrando os créditos do Município existentes em dezembro de 2024, com a indicação dos valores referentes às inscrições, à atualização monetária e às baixas ocorridas no exercício, discriminados por tributos e outras rendas e por tipo de baixa (anistia, pagamento, remissão, compensação, transação e outros);	
	Data-limite para envio à Contabilidade da relação dos processos administrativos relativos ao cancelamento de dívidas ativas (prescrição, anistia, descontos e/ou cancelamentos).	15/01/2025
	Data-limite para envio à Contabilidade da relação de valores e títulos da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária inscritos no exercício, discriminados por contribuinte e corrigidos, acompanhada de certidão emitida pelo Prefeito e Secretário de Finanças, com o total da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária até dezembro de 2024, atestando estarem tais valores devidamente registrados.	15/01/2025
Transferências a Entidades	Data-limite para repasse às entidades civis no ano de 2024.	06/12/2024
	Data-limite para prestação de contas dos recursos repassados às entidades civis no ano de 2024, caso a aplicação não se dê em sua totalidade dentro do exercício em que os recursos forem liberados.	20/12/2024
	Data-limite para prestação final de contas de recursos repassados às entidades civis no ano de 2024, caso a aplicação se dê em sua totalidade dentro do exercício em que os recursos forem liberados.	23/12/2024



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

	Data-limite para a Controladoria encaminhar à Contabilidade os pareceres emitidos dos recursos repassados às entidades civis.	23/12/2024
Dívida Pública (Exceto Precatório)	Data-limite para o Órgão e/ou as Unidades encarregadas da gestão da Dívida Pública Consolidada (Débitos em Parcelamentos) encaminhar à Contabilidade os extratos/certidões contendo o saldo atualizado em 31/12/2024.	15/01/2025
Precatórios	Data-limite para o Órgão e/ou as Unidades encarregadas da gestão dos precatórios e dos processos judiciais (provisões e as contingências ativas e passivas) encaminhar à Contabilidade os relatórios dos precatórios vencidos e não pagos, no prazo e os processos judiciais em que o Ente é parte.	20/12/2024
Contabilidade	Data-limite para a Contabilidade efetuar os registros necessários à elaboração dos balancetes relativos ao mês imediatamente anterior – competência novembro.	23/12/2024
	Data-limite para a Contabilidade efetuar os registros necessários à elaboração dos balancetes relativos ao mês imediatamente anterior – competência dezembro	24/01/2025
	Data-limite para a Contabilidade efetuar os registros dos atos de gestão orçamentária e financeira relativos ao exercício imediatamente anterior, inclusive para a execução das rotinas de inscrição e cancelamento de restos a pagar.	24/01/2025
	Data-limite para a Contabilidade efetuar os demais ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior e para as informações com periodicidade anual a que se	28/03/2025



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO PREFEITO

	referem o § 2º do art. 48 e o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000.	
IEGM/TCM-BA	Data-limite para as Secretarias e demais Órgãos integrantes da Administração Municipal encaminharem à Controladoria Geral do Município o Questionário relativo ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM/TCMBA.	A definir

ÓRGÃO/SETOR: SEDESC - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA CIDADANIA

CATEGORIA: LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO/BA
SECRETARIA MUNICIPAL DO DES. SOC. E DA CIDADANIA - SEDESC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - COPEL**

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7330/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024-SRP
LICITAÇÃO Nº 1053328**

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO torna público aos interessados que a Licitação, cujo objeto foi Contratação de empresa, através de Registro de Preço, para aquisição de 10.000 (dez mil) **CESTAS BÁSICAS (kits de cestas de alimentos perecíveis e itens de higiene)**, conforme as características e especificações constantes no Termo de Referência. **Tipo: Menor Preço do Lote**, realizada no dia **04/09/2024**, às **10h00min (horário de Brasília)**, restou **FRACASSADA**. Informações através do site: www.licitacoes-e.com.br ou através do telefone (71) 3296-8369. Simões Filho, 24/10/2024. Antonieta Soares Nascimento – Pregoeira.

ÓRGÃO/SETOR: SEFAZ - SECRETARIA DE FAZENDA

CATEGORIA: ATOS OFICIAIS

CONVOCAÇÃO (PAUTA DE JULGAMENTO 2024)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE

PAUTA DE JULGAMENTO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
SECRETARIA DA FAZENDA

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes - CMC convoca os Senhores Conselheiros, os representantes e Advogados, legalmente constituídos, a se reunirem em sessão e local conforme indicado, para julgarem os feitos constantes da pauta abaixo discriminada.

Secretária: Manuela Cerqueira dos Santos

Data: 06/11/2024 às 14:00h, Quarta-feira.

Local da Sessão: Prefeitura Municipal de Simões Filho | Sala do Conselho Municipal de Contribuintes

Relator: Guilherme Kennedy de Souza Santos Junior

Processo: 7020/2024

Auto de Infração: 133/2024

Recorrente: Trinkol Materiais para Construção Ltda

CNPJ: 15.634.447/0001-90

Representante Legal: Paulo Noberto Oliveira Pinto - Sócio Administrador

Relatora: Luanny Vitória Valentim Rodrigues

Processo: 2453/2024

Recorrente: Binatural Bahia Ltda

CNPJ: 37.880.187/0001-75

Representante Legal: Orlando José Gonçalves Bueno - OAB/SP nº 77.543

Relator: Marconi Andraos Oliveira

Processo: 14296/2023

Auto de Infração: 178/2023

Recorrente: Binatural Bahia Ltda

CNPJ: 37.880.187/0001-75

Representante Legal: Orlando José Gonçalves Bueno - OAB/SP nº 77.543

Relator: Antônio Carlos dos Santos

Processo: 6766/2024

Auto de Infração: 105/2024

Recorrente: Via Bahia Concessionária de Rodovias S.A

CNPJ: 10.670.314/0001-55

Representante Legal: Pérola de Abreu Farias Carvalho - OAB/BA nº 23785

Ángelo Mário de Araújo Pitombo

Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes-CMC

Carlos Roberto de Carvalho
Secretário de Fazenda

DECRETO FINANCEIRO (Nº 175/2024)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
O. 0 - 0
Simões Filho - BA
C.N.P.J. 13.612.270/0001-03

OUTUBRO/2024

DECRETO FINANCEIRO 175/2024

Abre CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de 665.000,00 (SEISCENTOS E SESENTA E CINCO MIL REAIS) e dá outras providências.

O(A) Presidente da Câmara Municipal de SIMÕES FILHO, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Nº 1307 / 2023,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO SUPLEMENTAR, na importância supra, para reforço das seguintes Dotações:

0101 CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO		
2001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS		
33901400 - 1.500 Diárias - Civil		5.000,00
	Soma da Ação:	5.000,00
2002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS		
31901100 - 1.500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		660.000,00
	Soma da Ação:	660.000,00
	Soma da Unidade:	665.000,00
	Total Geral:	665.000,00

Art. 2º - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo 1º, utilizar-se-ão os recursos de anulação total e/ou parcial de dotações, de acordo com o previsto no Art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

0101 CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO		
1002 REQUALIFICAÇÃO DA SEDE DO PODER LEGISLATIVO		
44905100 - 1.500 Obras e Instalações		644.897,65
	Soma da Ação:	644.897,65
2002 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS		
33904900 - 1.500 Auxílio-transporte		20.102,35
	Soma da Ação:	20.102,35
	Soma da Unidade:	665.000,00
	Total Geral:	665.000,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.
Município de Simões Filho, Estado Da Bahia 24 de outubro de 2024.

DIÓGENES TOLENTINO OLIVEIRA
PREFEITO Mat.000000088

CARLOS ROBERTO DE CARVALHO
SECRETARIO DA FAZENDA Mat.000000026

PORTARIA (Nº 003/2024)



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA**

PORTARIA Nº 003/2024

Nomeia os contribuintes relacionados no Anexo Único como Substitutos Tributários do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS no Município de Simões Filho, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA DE SIMÕES FILHO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, com lastro no art.140 do Código Tributário do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados como Substitutos Tributários do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, os contribuintes do Município de Simões Filho relacionados no Anexo Único desta Portaria, na forma do artigo 140, da Lei 1102/2018 e do parágrafo único do artigo 30, do Decreto Municipal 1090/2017, recepcionado pelo Código Tributário Municipal.

§ 1º A substituição tributária a que se refere o caput não se aplica quando os serviços forem prestados por profissional autônomo e por sociedades uniprofissionais do Cadastro Mobiliário do Município de Simões Filho.

§ 2º As pessoas que eventualmente venham a ser criadas no Município em virtude de transformação, cisão ou fusão, a partir ou tendo como partícipe inscrito no Cadastro Mobiliário relacionado no Anexo Único a esta Portaria, ficarão automaticamente designados como substitutos tributários do ISS na forma estabelecida por esta portaria.

Art. 2º - Os substitutos tributários eleitos deverão reter e recolher o ISS de todos os serviços que contratar, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à realização do serviço, desde que a incidência do imposto seja no Município de Simões Filho.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA

§1º O substituto que não efetuar a retenção e o recolhimento no prazo legal, fica sujeito às penalidades decorrentes do inadimplemento, nos termos do Código Tributário do Município.

§2º A substituição tributária não exclui a responsabilidade supletiva do prestador do serviço pelo cumprimento total ou parcial da obrigação tributária, quando der causa à falta de retenção ou a retenção a menor do imposto devido.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Fazenda, em 24 de outubro de 2024.



Carlos Roberto de Carvalho
Secretário Municipal da Fazenda

Anexo Unico

Insc Municipal	CNPJ	Nome do Contribuinte
29940	52.697.329/0001-57	DEALER LEAF TOBACCO LTDA
29894	54.229.824/0004-00	AMBIPAR ENVIRONMENT CULLET RECICLYNG BRASIL SA
29862	11.137.051/0941-48	BOTICARIO PRODUTOS DE BELEZA LTDA
29861	43.626.163/0008-63	NEXTRACKER BRASIL LTDA.
29850	26.772.122/0003-51	FCS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
29786	55.069.274/0002-00	LYON SIMOES FILHO SPE S.A.
29764	30.248.760/0003-45	BRAMARLOG ARMAZEM E LOGISTICA LTDA
29742	12.146.737/0004-49	CONECTA CARGO LOGISTICA INTEGRADA LTDA
29719	05.783.974/0002-93	FLAMAGEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
29708	03.969.257/0001-44	ITABENS CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO LTDA
29690	38.657.816/0001-65	GUEZZO SONOLINS INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHOES LTDA
29622	57.191.894/0001-61	CAM ARMAZENAMENTO E LOGÍSTICA LTDA
29551	05.462.237/0002-99	SONNOLINEFLEX LTDA
29550	35.635.824/0009-70	SHPS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA.
29511	57.023.618/0001-94	JD PATRIMONIAL LTDA
29483	57.005.414/0001-20	H & I INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA SPE LTDA
29481	56.975.939/0001-26	RMA LOG LTDA
29467	55.627.943/0001-30	LYON SIMOES FILHO 2 SPE LTDA
29466	55.069.274/0001-29	LYON SIMOES FILHO SPE S.A.
29353	30.984.101/0001-05	PORTULOG LOGISTICA E LOCACOES LTDA
29197	34.297.761/0009-26	3RW ORGANIZACOES LOGISTICAS & IMOBILIARIA LTDA
28759	55.990.025/0001-71	A C OLIVEIRA PATRIMONIAL LTDA
28651	55.886.408/0001-02	SAMPAIO PATRIMONIAL LTDA
28646	55.831.693/0001-56	PSJ PATRIMONIAL LTDA
28510	11.928.716/0001-70	NIKINI LOG LTDA
28508	06.219.754/0002-02	COLORADO LOGISTICA E ARMAZENAGEM LTDA
28469	01.413.969/0023-62	COMFRIO SOLUCOES LOGISTICAS S/A
28465	16.933.590/0033-22	MINASLIGAS S.A.
28029	07.704.914/0007-78	ORBI QUIMICA S.A
28009	55.070.636/0001-00	DIALOGI LOGISTICA LTDA.
27995	11.495.984/0001-45	OITIS COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
27978	17.692.901/0008-60	GE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA.
27968	39.826.576/0001-48	JDP HOLDING PATRIMONIAL FAMILIAR LTDA
27907	72.273.436/0003-27	ISOPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA
27824	34.241.661/0004-73	MINERADORA RIO CRISTALINO S.A.
27771	52.512.264/0001-28	SANFLEX COMERCIO DE COLCHÕES LTDA
27675	54.123.752/0001-79	ATIVA INDÚSTRIA DE PRÉ-MOLDADOS LTDA
27507	27.595.780/0040-22	CS BRASIL FROTAS S.A.
27377	42.446.277/0146-57	SHPX LOGISTICA LTDA.
27266	09.405.797/0013-15	MOVESA MOTORES E VEICULOS LTDA
22925	31.565.104/0173-04	PEPSICO DO BRASIL LTDA


Roberto de Carvalho
Secretário de Fazenda

ÓRGÃO/SETOR: SEGOV - SECRETARIA DE GOVERNO

CATEGORIA: ATOS OFICIAIS

DESIGNAÇÃO (PORTARIA Nº 545/2024) *



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

PORTARIA Nº 545/2024*

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores **ELAINE SANTOS LUZ BARBOSA**, Secretária Executiva, Cadastro nº 944159 (Núcleo Fiscalizador) e **ALEXSANDER SOUZA DA PAIXÃO**, Coordenador I de Cultura, Cadastro 947468 (Secretaria) como responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e atestar nota fiscal da **dispensa nº 037/2024**, da Empresa **W B DOS SANTOS LTDA**, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretária, 06 de setembro de 2024.

LAIS DE MATOS ARAÚJO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO

* Republicado em virtude da identificação de erro material.